

<b>Público</b>	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>303 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>14</b>
07-12-2006				

# Governo recusa dar listas de passageiros ao PE

Na questão dos voos da CIA, Amado disse que “o ónus da prova” é do Parlamento Europeu

MARIA JOSÉ OLIVEIRA

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, comunicou ontem à delegação da comissão temporária que investiga os voos secretos da CIA a impossibilidade de o Governo fornecer aos eurodeputados “elementos complementares” sobre os aviões considerados suspeitos de transportarem prisioneiros.

Amado justificou esta posição alegando que tal procedimento violaria a lei nacional. Isto mesmo foi confirmado aos jornalistas por Carlos Coelho, presidente da comissão, no final da reunião com o governante.

“O ministro recordou que não está em condições de fornecer à comissão alguns elementos complementares, nomeadamente as listas de passageiros, uma vez que isso constituiria uma violação da lei portuguesa”, afirmou, notando, porém, que a comissão temporária poderá aceder a estes dados “através de formas de investigação paralela”. “O ministro tornou claro que o ónus da prova é nosso, que somos nós que temos de provar que houve irregularidades”, disse Coelho.

O encontro dos seis eurodeputados com o ministro, realizado no Palácio das Necessidades, em Lisboa, durou pouco mais de uma hora e os resultados não se traduziram em “novidades substanciais e objectivas” em relação àquilo que a com-

missão já apurou e que está inscrito no relatório apresentado na semana passada pelo eurodeputado Claudio Fava. O documento incluía dois parágrafos sobre Portugal, nomeadamente a passagem de 91 voos suspeitos por sete aeroportos nacionais.

Na reunião de ontem, Amado reiterou aquilo que já havia escrito numa carta endereçada à comissão na segunda-feira: que as alegações feitas pelo Parlamento Europeu (PE) não têm fundamentação devido à inexistência de indícios relevantes sobre a passagem em

Portugal de voos dos serviços secretos norte-americanos que transportariam ilegalmente prisioneiros.

**Coelho fala em “equivoco” do ministro**

Carlos Coelho frisou que “a queixa” do ministro era “um equivoco”, sublinhando que aquelas informações “dizem respeito a questões de facto e não têm uma avaliação de natureza política”. Ana Gomes, eurodeputada socialista e membro da comissão, reafirmou a mesma ideia, apontando que os dados incluídos no

relatório “são inegáveis”.

Apesar de Coelho ter salientado que o encontro “alterou”, em termos positivos, a relação do Governo português com a comissão, o eurodeputado admitiu temer que as “investigações em curso” feitas pelo MNE não estejam concluídas “em tempo útil” (em Janeiro, será aprovada na comissão uma primeira versão do relatório e um mês depois o texto é submetido a votação no plenário de Estrasburgo).

De qualquer forma, notou Coelho, “o relatório final integrará recomendações concretas para que estes acontecimentos não se repitam no futuro”.

Ana Gomes acredita, por seu lado, que o Governo “irá facultar mais dados”, embora refira que “o acesso às listas de passageiros e tripulação seria muito importante para apurar se houve ou não ilegalidades”.

**INAC, NAV e SEF sem novidades**

A delegação de eurodeputados reuniu-se durante a manhã com responsáveis do INAC, da NAV e do SEF, mas segundo um dos assessores da missão os encontros não produziram nada de novo. A excepção residiu na informação, dada pelo director do SEF, Manuel Jarmela Palos, de que Portugal aplica, desde Outubro, a norma comunitária de exigir as listas de passageiros de todos os voos que passam pelo território nacional.

Ana Gomes disse ter ficado “satisfeita” com o cumprimento desta regra, apontando que “o sistema anterior era muito incoerente e cheio de falhas”. ■

## Deputados e eurodeputados impedidos de se reunir no Senado

O programa da missão anunciava uma reunião com representantes das bancadas parlamentares na sala do Senado da Assembleia da República. Mas quando Carlos Coelho, presidente da comissão eventual do PE, e a sua comitiva se encaminhavam para a sala... depararam-se com as portas trancadas. Depois de alguma desorientação, a delegação acabou por se reunir 10 minutos numa sala do PSD. Os socialistas não gostaram e preferiram aguardar os eurodeputados no gabinete do PS. Algo perplexo, Coelho disse apenas que cabia aos deputados “esclarecer as condições de recepção”. Depois da meteórica e desconcertante passagem da delegação do PE pelo Parlamento, seguiram-se as reacções: o BE desconfia do “interesse de alguém” para boicotar a reunião; o PCP lamentou as “condições indignas” da recepção; o CDS não comenta o que desconhece; o PS atribuiu culpas ao PSD e este pediu uma reunião a Gama, prevista para hoje. Não sem que o líder da bancada laranja, Marques Guedes, desse a sua opinião: “O que verdadeiramente grave se passou foi a tentativa, estou para apurar de quem, de se evitar a realização desta reunião.” O assessor do presidente da AR, Nunes da Ponte, afirmou ao PÚBLICO que o pedido formal para a utilização da sala do Senado não foi feito a tempo, pois ocorreu 25 minutos antes da hora da reunião. “Não houve nenhum pedido dos deputados do PE para se reunirem na AR. Tratou-se de uma iniciativa do PSD, que não é uma agência do PE”, acrescentou. M.J.O./L.B



<b>Público</b>	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>303 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>14</b>
07-12-2006				

PEDRO CUNHA



*A comissão eventual do Parlamento Europeu, presidida por Carlos Coelho não levou dados novos da visita a Portugal*